

RELAÇÕES DE CASAMENTO NUM MUNICÍPIO DO INTERIOR PAULISTA (1890-1939)

Silvano da Conceição

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos/ PPGS-UFSCar e Professor do Departamento de Ciências Humanas e Letras de Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB

silvano_cso@hotmail.com

RESUMO

Neste trabalho estudamos os padrões de nupcialidade entre brasileiros, imigrantes e seus descendentes durante o período de 1890 a 1939 num município típico da economia cafeeira, a saber, São Carlos/SP. O período selecionado para a pesquisa relaciona-se ao fato do mesmo se constituir no mais significativo, em termos de recepção de imigrantes internacionais, em boa parte do chamado "oeste paulista". O principal corpus documental da pesquisa foram as Habilitações de Casamentos. Utilizamos ainda os recenseamentos: municipal (1907); estadual (1934); nacionais (1890, 1920 e 1940). A variação do comportamento matrimonial representava os mais variados níveis de integração dos imigrantes e seus descendentes na sociedade brasileira da época.

Palavras-chave: imigração; grupos étnicos; casamentos.

ABSTRACT

Here we study the patterns of marriage between Brazilian, immigrants and their descendants during the period from 1890 to 1939 in a typical city of the coffee economy, namely São Carlos / SP. The period selected for the research relates to the fact that the

same constitute the most significant in terms of international reception of immigrants, largely of the "west of São Paulo." The main documentary corpus of research were the Habilitations of Marriages. We also use the censuses: municipal (1907), state (1934), national (1890, 1920 and 1940). The change in marital behavior represented the various levels of integration of immigrants and their descendants in Brazilian society of the time.

Keywords: immigration, ethnic groups, marriages.

1 APRESENTAÇÃO DO TEMA E SUA RELEVÂNCIA CIENTÍFICA

O tema nupcialidade é, sem sombra de dúvida, um tema instigante para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, pois permite lidar com o cotidiano das pessoas em diferentes épocas, além de permitir compreender a maneira como grupos de diferentes níveis sociais e nacionalidades se envolvem nas relações matrimoniais. Numa palavra, estudos sobre a nupcialidade permitem ao pesquisador problematizar as diferentes estratégias que as pessoas, pertencentes a diversos grupos sociais, utilizam para efetivar suas uniões matrimoniais, uma vez que isso sugere maior ou menor aproximação dos mesmos no espaço social, constituído por intensas lutas simbólicas, culturais, sociais, políticas e econômicas.

Afora essa fascinação que os estudos sobre casamentos nos trazem ainda é necessário destacar outro fator. O tema da imigração internacional readquiriu importância na atualidade, em parte devido a novos enfoques que reorientaram as percepções acerca do que deve ser examinado. Os estudos mais recentes sobre imigração internacional no Brasil, influenciados pela crítica à assimilação, pelo advento da valorização do pluralismo étnico (SEYFERTH, 1988), aliado ao interesse de gerações mais jovens em vasculhar suas origens, passaram a ser retomados no sentido de “se emancipar” da problemática assimilacionista, tão característica antes dos anos 50. Não propriamente os temas que mudaram, mas o modo como foram empreendidos os estudos, transitando de um caráter mais instrumental-político para outro mais histórico-compreensivo. Nesse sentido, justifica-se o presente estudo por propiciar um maior conhecimento da formação social paulista, tão marcada pela experiência imigratória.

No texto apresentamos alguns dados da pesquisa “*Imigração e Nupcialidade: o caso de São Carlos 1890-1939*” desenvolvida sobre o município de São Carlos/SP, na qual

buscamos compreender as relações matrimoniais para o período¹. Em particular, optou-se por iniciar a análise da pauta matrimonial do município de São Carlos a partir de 1890 por esta data marcar o início do Registro Civil de Casamento no Brasil. Tal como se pode notar na história brasileira, foi somente a partir da Proclamação da República, que se passou a contar com o registro civil de casamentos². Este período (1890 a 1939) também se constitui como mais significativo, em termos de recepção de imigrantes internacionais, em boa parte do chamado “oeste paulista”. O município de São Carlos foi um dos mais característicos do período, perfeitamente integrado à economia cafeeira prevalecente, que demandava um grande volume de braços estrangeiros.

Ressalta-se que, por imposição do tipo de fonte utilizada, trabalhou-se somente com os casamentos legais ocorridos no período de 1890 a 1939, reconhecendo assim, a existência de casamentos informais (uniões consensuais) no município de São Carlos³.

As principais fontes de pesquisa utilizadas neste trabalho foram: as Habilitações de Casamentos e os recenseamentos (no período que comporta essa pesquisa foram realizados cinco recenseamentos: municipal: 1907; estadual: 1934; nacional: 1890, 1920 e 1940.). As Habilitações de Casamentos estão localizadas na Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos (FPMPS). Esta fonte permitiu constatar como estavam se realizando os casamentos entre brasileiros e grupos de diferentes nacionalidades⁴.

Para o período de 1890 a 1939 existem 14.129 Habilitações de Casamentos e foi feita a opção por uma *amostra sistemática com início aleatório*, na qual seria trabalhada uma Habilitação a cada cinco existentes⁵. No total, trabalhou-se com uma quantidade de 2.826 Habilitações, o que corresponde, em termos percentuais, a 20% do universo de Habilitações existentes. As principais informações contidas neste *corpus documental* são: nome dos cônjuges, nome dos pais dos cônjuges (em alguns casos), ocupação, local de

¹ A pesquisa referida fez parte do projeto temático “*Imigrantes, Elites e Sociedade em São Paulo*”, financiado pela FAPESP e coordenado pelos professores Maria do Carmo Carvalho Campello de Souza (IDESP) e Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar).

² Já no governo do Mal Deodoro da Fonseca (1889 a 1891) existiram alguns decretos e, entre eles, o que regulamentava o Casamento Civil na República (Decreto nº. 181 de 24/01/1890, pg 168 a 184). Anteriormente ao referido Decreto os registros de casamentos eram feitos pela Paróquias locais e remetidos às Cúrias.

³ Não será feita uma análise das uniões consensuais, porém, cabe ressaltar que, em geral, elas tinham maior tendência de ocorrer entre as camadas menos favorecidas da população.

⁴ A princípio iria ser utilizada a base de dados, relativa às Habilitações de Casamentos, existente na FPMPS. Como essa base de dados não dispunha da nacionalidade até o ano de 1950, optou-se pela leitura de cada uma das Habilitações selecionadas na amostra.

⁵ Este tipo de amostragem aleatória foi a escolhida por permitir a utilização das técnicas clássicas de inferência estatística, facilitando a análise dos dados e fornecendo maior segurança ao generalizar resultados da amostra para a população.

moradia, naturalidade, nacionalidade (com mais frequência dos nubentes do que dos seus pais), cor, estado civil, sexo e instrução (se sabe ler e escrever). Em alguns casos, foram encontrados alguns outros documentos no interior das Habilitações, tais como certidão de batismo dos nubentes e passaportes (ou dos pais ou dos próprios nubentes).

Os recenseamentos, outra importante fonte para realização desse trabalho, constituem importante instrumento de pesquisa, pois é por meio deles que temos uma noção exata do quadro populacional da época – com especial atenção ao número de homens e mulheres (tanto estrangeiros como nacionais) para a data em que foi realizado, assim como do desenvolvimento urbano-industrial no interior paulista.

2. PADRÃO DO MERCADO MATRIMONIAL SÃO-CARLENSE: PLURALIDADE ÉTNICA E INTEGRAÇÃO

Dentro da tradição sociológica clássica, Max Weber, em sua obra *Economia e Sociedade*, nos afirma que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu. Ao propor essa discussão, o referido autor enfatizou a importância de se compreender os motivos e sentidos que as pessoas atribuem às coisas para entender mais claramente o significado de suas ações.

No tocante aos estudos sobre casamentos essa teia de significados apontada por Weber nos permite problematizar como são feitas as escolhas matrimoniais, tanto no interior como fora do grupo de origem (casamentos endogâmicos ou exogâmicos, respectivamente), pois no momento de seleção entre os cônjuges entra em cena um conjunto de fatores de ordem cultural, social, religiosa, econômica, étnica, familiar e demográfica, que interferem sobremaneira no movimento do mercado matrimonial⁶.

Bourdieu (1992) é outro importante autor que nos permite realizar a problematização das escolhas matrimoniais no interior paulista no período de 1890 a 1939, na medida em que para este autor, o espaço da interação é pré-construído e, sendo assim, para saber o que pode e o que não pode ser dito ou feito, é preciso conhecer as leis de formação do grupo dos locutores – é preciso saber quem é excluído e quem se exclui. Nesse sentido, as categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da

⁶ Por imposição da limitação de páginas ao texto, estarão sendo apresentados os cruzamentos sobre a idade ao casar, local de moradia (urbano ou rural), e nacionalidade dos nubentes.

incorporação das estruturas objetivas do espaço social. Em certa medida é isso que faz as pessoas aceitarem o mundo como ele é, como natural, sem se rebelarem contra ele, pois os princípios estruturantes da visão do mundo radicam nas estruturas objetivas do mundo social e porque as relações de força estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias de percepção dessas relações.

Ao longo do texto estaremos fazendo várias incursões deste autor na tentativa de, ao nos apropriarmos de seus conceitos e elaborações teóricas, possamos compreender melhor as pautas matrimoniais do município em questão.

2.1 Idade dos nubentes ao casar

Estudar padrões de nupcialidade no interior do período selecionado (1890 a 1939), certamente tem como importância poder conhecer a possível variação que pode haver na idade média ao casar, tanto ao longo do tempo como segundo as diferentes nacionalidades dos indivíduos. Porém, outra importância deve ser creditada à esta variável no estudo dos padrões de nupcialidade de uma sociedade, importância esta que, aliada à duração média e à intensidade (quantidade de casamentos ao longo do tempo) com que ocorrem as uniões, influenciam os índices de natalidade.

Ao analisarmos a idade média dos casamentos dos nubentes estrangeiros é possível fazermos a suposição de que o processo de emigração e de inserção à nova terra implicaria em alterações nos padrões de idade para casamento, ou que uma imigração seletiva tivesse canalizado para o estado de São Paulo pessoas que já possuíam um padrão diferente no país de origem, ou ainda as duas situações juntas.

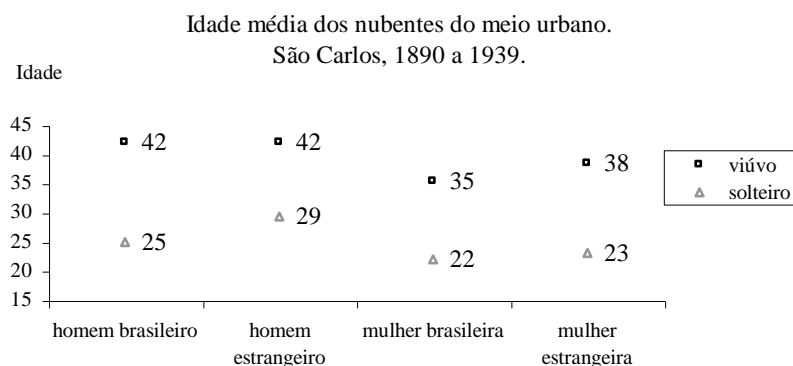
No município de São Carlos o homem seguia a tendência de se casar com mulheres mais jovens, ou seja, de casamentos para baixo. Porém, antes de ser feita uma discussão acerca da idade média dos nubentes ao casar, será feita uma incursão acerca da faixa etária preferencial de casamento entre os nubentes que se casaram neste município.

Entre os homens solteiros, a faixa etária que mais agrupava casos era a que ia dos 20 aos 24 anos, tanto no meio rural como no meio urbano, com uma porcentagem de 57,4% dos solteiros (rural e urbano). Destes, o meio rural era o que agrupava a maioria dos homens solteiros, com uma porcentagem de 63,7%. Para as mulheres, tem-se alguma variação na faixa etária mais representativa segundo o local de moradia, visto que a que vai

dos 15 aos 19 anos e a que vai dos 20 aos 24 anos possuem 43,1% e 43,8% respectivamente, sendo que a primeira faixa concentra mais mulheres do meio rural (54,4%) ao passo que a segunda faixa concentra mais mulheres do meio urbano (48,8%) (CONCEIÇÃO, 2004).

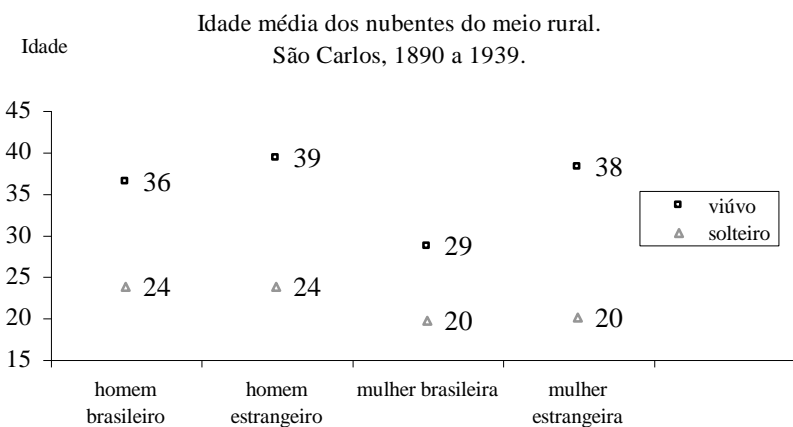
Conhecida a faixa de idade mais representativa dos nubentes, passar-se-á agora a verificar a idade média dos nubentes brasileiros e estrangeiros do meio urbano e rural ao longo do período de 1890 a 1939.

Gráfico 1



Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

Gráfico 1



Fonte: Fundação Pró-Memória da Prefeitura de São Carlos. Habilitações de Casamentos, 1890 a 1939.

De modo geral, estes dois gráficos evidenciam que a idade média à primeira união variava quanto ao local de moradia e quanto a ser brasileiro ou estrangeiro. No meio

urbano, a idade média para os brasileiros solteiros ficou em 25 anos para homens e 22 anos para mulheres, o que resulta numa diferença média de 3 anos entre homens e mulheres para o período. Para os estrangeiros solteiros desse meio, a idade média ficou em 29 anos para homens e 23 anos para mulheres, com uma diferença entre as idades, de 6 anos. Portanto, pode-se afirmar que, de maneira geral, os estrangeiros solteiros do meio urbano se casam mais tardiamente que os brasileiros.

Já no meio rural o comportamento da idade média dos nubentes brasileiros solteiros ficou em 24 anos para homens e 20 anos para mulheres, com uma diferença de 4 anos. Com relação aos estrangeiros solteiros desse meio foi notado que a idade média ao casar é exatamente a mesma notada para os brasileiros solteiros. Disso tudo, concluímos: 1) que entre os nubentes brasileiros e estrangeiros do meio rural não existe diferença de idade média ao contrair casamento no período; 2) que estes nubentes se casam mais jovens do que os solteiros do meio urbano; 3) que entre os solteiros estrangeiros do meio urbano a diferença entre as idades de homens e mulheres é maior do que a observada para todos os outros solteiros, tanto do meio urbano como do meio rural.

A análise desses dados indica a forma como o casamento é tratado na sociedade, além de nos mostrar seus mecanismos para regular o crescimento da população, incentivando ou não os matrimônios. A idade com que homens e mulheres se casavam no período, além de estar ligada às possibilidades fisiológicas do indivíduo, reflete padrões socioeconômicos, culturais e demográficos dos grupos nos quais os cônjuges estão inseridos. A idade média de casamento pode variar no tempo e no espaço e ainda influenciar os fenômenos demográficos e diversos aspectos da vida socioeconômica. A idade com que homens e mulheres se casam, além de estar ligada às possibilidades fisiológicas do indivíduo, reflete padrões sócio-econômicos, culturais e demográficos dos grupos nos quais os cônjuges estão inseridos. Como no meio rural o trabalho é desenvolvido no contato com a terra, em cuidar da roça familiar ou da colheita do café, as famílias compreendiam que novas uniões matrimoniais que gerassem mais descendentes poderiam contribuir sobremaneira para ampliar a capacidade produtiva da família como um todo. Ou seja, o fato das uniões matrimoniais do meio rural ocorrerem mais precocemente, em relação ao meio urbano, está diretamente relacionada à própria dinâmica do meio rural. No município de São Carlos, os casamentos ocorriam em maior volume, no meio rural, entre os meses de setembro a novembro. Estes meses juntos correspondiam a 39,2% dos casamentos ocorridos entre 1890 a 1939. A distribuição do maior volume de casamentos

entre estes meses está ligada ao fim da colheita do café – que poderia sofrer atraso ou antecipação – e ao pagamento aos trabalhadores (CONCEIÇÃO, 2004).

Entre os nubentes brasileiros viúvos do meio urbano o re-casamento ocorria numa idade média, para homens e mulheres, de 42 anos e 35 anos, respectivamente, com uma diferença média de 7 anos. Entre os estrangeiros, a idade média de re-casamento para homens é exatamente a mesma notada para os brasileiros. As mulheres estrangeiras se recasam mais tardiamente que as brasileiras, numa idade média de 38 anos.

Já os viúvos brasileiros do meio rural se recasavam com uma idade média, para homens e mulheres, de 36 anos e 29 anos, respectivamente, com uma diferença média de 7 anos. Os viúvos estrangeiros se recasavam com uma idade média, para homens e mulheres, de 39 anos e 38 anos, respectivamente, com uma diferença de idade entre eles de apenas 1 ano. Concluí-se daí que as viúvas estrangeiras, em média, se recasavam com uma idade significativamente mais avançada que as brasileiras. É possível que parte dessa explicação esteja no fato de que as mulheres estrangeiras enviuvavam mais tardiamente do que as brasileiras, pois permanecer por muito tempo no estado de viuvez não era algo tão desejado à essas mulheres, que muitas vezes encontravam enormes dificuldades em alimentar sua prole do primeira união matrimonial. A família – mais precisamente dos dois últimos séculos – possuía basicamente dois universos distintos. Primeiro, o universo da casa, no qual a mulher tinha papel de destaque, pois se encarregava de zelar pelo marido, pela educação dos filhos e pela casa, e segundo, o universo da rua, território predominantemente masculino, no qual o homem buscava o sustento da família e onde mantinha seus contatos extra-familiares. É de se imaginar que os recasamentos atendiam aos interesses tanto de homens como de mulheres, pois se por um lado as mulheres necessitavam de um companheiro para criar a prole da primeira união, por outro, essa nova união também atendia aos interesses dos homens por conta da divisão de papéis sociais, que permitiam afirmar que a mulher cabia a educação e zelo da família e ao homem cabia buscar, fora de casa, o sustento da família e a expansão dos contatos extra-familiares. Nesse sentido, pode-se afirmar que os papéis sociais sempre estiveram muito bem delineados na sociedade, não só brasileira, como também na europeia e qualquer mulher, seja ela solteira ou casada, que se dispusesse a desrespeitar esse modelo de sociedade certamente enfrentaria o preconceito e a discriminação desta mesma sociedade, principalmente por parte da igreja e da polícia, reconhecidamente fortes instituições de controle social da época.

É interessante também notar que, tanto para os nubentes solteiros como para os viúvos, a idade média ao casar era maior no meio urbano do que no meio rural, sendo ainda a diferença média, nas idades de homens e mulheres, maior no meio urbano do que no meio rural. A tabela 1 evidencia que, no período, apenas indivíduos de outras nacionalidades e os portugueses destoam, casando-se numa idade média mais avançada do que os brasileiros, italianos e espanhóis. A seguir é apresentada uma tabela na qual são apresentadas a idade média dos nubentes ao casar se comporta segundo as diferentes nacionalidades. Bassanezi (1990) também notou que entre os estrangeiros, os italianos e os espanhóis uniam-se em matrimônio mais cedo que os portugueses, alemães, austríacos e indivíduos de outras nacionalidades. Ao longo do tempo, podemos afirmar que houve uma pequena variação de idade média entre os principais contingentes (brasileiros, italianos, portugueses e espanhóis), tanto para homens como para mulheres. No caso de homens de outras nacionalidades, excluindo-se as principais, houve uma tendência a se casar com mais idade, aumentando a diferença entre as idades do homem e da mulher.

Tabela 1: Idade média e mediana dos nubentes solteiros ao casar segundo a nacionalidade, o sexo e o período. São Carlos, 1890 a 1939.

Nacionalidade	Média		Diferença entre H e M	Mediana		Diferença entre H e M
	Homem	Mulher		Homem	Mulher	
Brasileira	24,6 (1563)	21,0 (1780)	3,6	23,0	19,0	4,0
Italiana	24,6 (517)	20,3 (399)	4,4	23,0	19,0	4,0
Portuguesa	25,4 (121)	21,2 (78)	4,2	24,0	20,0	4,0
Espanhola	24,2 (92)	20,3 (88)	3,9	23,0	19,0	4,0
Outras ⁷	28,7 (56)	20,7 (42)	8,0	28,0	20,0	8,0

Fonte: Conceição, 2004, p. 64.

Obs: a quantidade de casos em cada célula está entre parênteses.

⁷ Esta categoria faz referência às seguintes nacionalidades: alemã, austríaca, francesa, norte da Europa, dinamarquesa, turca, sírio/libanesa, outro árabe (do império turco), outros países do Oriente Médio e norte da África, polonesa, russa, outro leste europeu (Letônia, Lituânia, Estônia, etc.), argentina, uruguaia, norte-americana ou canadense. Entre todas estas, as mais numerosas são: austríaca (10 homens e 11 mulheres), alemã (13 homens e 8 mulheres) e sírio/libanesa (12 homens e 11 mulheres).

Rettaroli⁸ (1990 apud BASSANEZZI, 1996, p. 277) notou que, na Itália, para o ano de 1881, a idade média ao casamento era de 28,1 anos para homens e 24,1 anos para mulheres e em 1901 era de 27,7 anos e 24,1 anos para homens e mulheres, respectivamente. Em relação a idade média ao casamento dos homens e mulheres na Itália, notamos que no município de São Carlos ela sofreu uma forte redução, visto que a média de idade (para solteiros e viúvos) não passou de 26,2 anos para homens e 22,6 anos para as mulheres na primeira década e de 23,9 anos para homens e 20,2 anos para mulheres na segunda década. Portanto, apesar de ser notada, historicamente, uma diminuição na idade média ao casar tanto na Itália como no município de São Carlos, nota-se que em São Carlos a idade média ao casamento era bem menor do que a notada na Itália.

Resta lembrar ainda que a diferença média entre as idades daqueles que se casaram na Itália e os que se casaram em São Carlos ficou bastante próxima, demonstrando então que, mesmo residindo em um lugar bastante diferente do país de origem, os italianos mantinham uma diferença média de idade ao casar, entre homens e mulheres, bastante próxima da notada na Itália.

No caso dos brasileiros filhos de italianos, a variação na idade média ao casar ocorreu somente entre as mulheres, visto que a idade média ao casamento para estas foi de 21,1 anos, contra 20,3 anos das italianas nascidas na Itália. Entre os brasileiros filhos de portugueses a idade média para a primeira união (homens e mulheres), acabou sendo menor do que a notada para os portugueses⁹ nascidos em Portugal. Já para os homens brasileiros filhos de espanhóis, a idade média ao primeiro casamento foi menor do que a notada para os espanhóis nascidos na Espanha, sendo que o mesmo não ocorreu para as mulheres, quando a média das idades foi praticamente a mesma. Para os brasileiros filhos de pais de outras nacionalidades, a idade média do homem solteiro foi menor do que a notada entre os nascidos em outras países, o mesmo não ocorrendo para as mulheres, quando a idade média das brasileiras filhas de estrangeiros foi maior do que a verificada para as mulheres nascidas em outros países.

A variação na idade média dos nubentes solteiros segundo as décadas do período nos evidenciam duas situações. A primeira é que a diferença de idade entre os nubentes (homens e mulheres) tende a diminuir, de modo geral. Já a segunda nos indica

⁸ A obra citada por Bassanezi é: RETTAROLI, R. (1990), Age at Marriage in nineteenth century Italy. *Journal of Family History*. Vol. 15, nº 4, p. 409-425.

⁹ Na amostra, não há homens brasileiros viúvos filhos de portugueses se recasando, ocorrendo o mesmo para homens e mulheres filhos de espanhóis e de outras nacionalidades.

que, também de um modo geral, a idade média à primeira união entre os nubentes estrangeiros tende a aumentar, sendo o maior aumento notado para os nubentes de origem italiana. É importante ser notado que, estas idades, quando desagregadas segundo o local de moradia dos nubentes, apresentam alguma variação entre os diferentes meios (rural/urbano). De uma maneira geral, as idades médias notadas para todos os homens e mulheres (solteiros e viúvos) de diferentes nacionalidades são maiores no meio urbano. Contudo, as variações na idade média da primeira união (para qualquer etnia) não são grandes, ao menos nas três primeiras décadas. Isso se deve ao fato de nas duas últimas décadas, especialmente, os imigrantes de modo geral já se encontrarem distantes da época em que migraram, sobretudo no caso dos italianos.

A variação na idade média dos nubentes italianos foi pequena até 1919 – ficando em torno de 24 e 25 anos para os homens e de 19 e 20 anos para as mulheres. Já na década de 1920-1929 a média de idade salta para quase 28 anos para homens e para pouco mais de 23 anos para as mulheres. Portanto, essa elevação na idade média dos nubentes italianos ao casar se deve ao fato de que nesta época já não havia mais tantos jovens italianos no município de São Carlos, visto que a imigração há tempos havia se reduzido.

Sabe-se que uma parcela importante da imigração italiana para o Brasil foi feita em unidades familiares e isto certamente contribuiu para diminuir o desequilíbrio entre os sexos, o que favoreceu que os homens se casassem com mulheres do seu grupo com maior facilidade e em idades mais precoces – especialmente aqueles do meio rural, onde o casamento pode estar sendo realizado para unir força de trabalho, não havendo motivos para adiá-lo (Bassanezi, 1994). O Censo municipal de 1907 permite perceber que neste ano havia 11.316 italianos morando no município de São Carlos e destes, cerca de 86,2% moravam no meio rural.

2.2 As escolhas matrimoniais frente à filiação e à nacionalidade dos nubentes

Neste item, foram analisados os casamentos ocorridos no município de São Carlos segundo as diferentes nacionalidades e ao longo das décadas do período.

Sendo assim, julgou-se que seria necessário fazer uma apresentação do contingente migratório que se fixou em São Paulo e também no município de São Carlos: porcentagem de homens e mulheres. De acordo com os Censos de 1920 e 1940, para o

estado de São Paulo, nota-se que o número de homens imigrantes era superior ao de mulheres imigrantes. Isto certamente dificultava o matrimônio entre indivíduos de um mesmo grupo étnico pela carência de mulheres. Em muitos casos, os imigrantes economizavam dinheiro e buscavam ou mandavam buscar uma noiva do seu país de origem, porém nem todos conseguiam tal feito e, para não permanecerem no estado de celibato - ficar solteiro não era prática comum - optavam por contrair matrimônio com mulheres brasileiras ou de outras etnias.

No município de São Carlos, essa discrepância numérica também pode ser notada, principalmente, pelos Censos de 1907 e 1920 – tal como aponta a tabela 3 –, nos quais a qualidade dos dados quanto à divisão por sexo é boa¹⁰. Para conhecermos a real desproporção entre os sexos segundo as diferentes etnias, optamos por calcular os índices de masculinidade para cada um dos principais grupos do nosso estudo (brasileiros, italianos, portugueses e espanhóis)¹¹.

Quadro 1: Índices de masculinidade no município de São Carlos nos Censos de 1907 e 1920.

	Censo de 1907	Censo de 1920
Brasileiros	1,03	1,04
Italianos	1,21	1,13
Espanhóis	1,13	1,24
Portugueses	1,54	1,54

Fonte: Conceição, 2004, p. 69.

¹⁰ A afirmação neste sentido deve-se ao fato de que algumas variáveis do Censo de 1907, que se encontram na base de dados de FPMPS, estão com muitos erros de digitação. A variável sexo possuía uma quantidade pequena de erros desta natureza, que pudemos corrigir levando em consideração o nome das pessoas.

¹¹ O cálculo desses índices de masculinidade foi feito a partir dos dados (para homens e mulheres) contidos dos Censos de 1907 e 1920. Os índices de masculinidade foram calculados da seguinte forma: dividiu-se a quantidade de homens pela quantidade de mulheres (segundo cada uma das principais nacionalidades).

De modo geral, os dados apontados no quadro 1 evidenciam que os portugueses possuem os mais altos índices de masculinidade dentre as principais nacionalidades do estudo. Em tese, isso significa então que a pressão sofrida pelos portugueses, no momento de contrair matrimônio é maior, tendo uma maior probabilidade que os homens deste grupo se casem com moças ou brasileiras ou pertencentes a outros grupos étnicos. Este mesmo tipo de raciocínio pode ser feito para as outras etnias, porém, a medida que os índices de masculinidade diminuem, a pressão também faz o mesmo. Por exemplo, a probabilidade de um homem espanhol, em 1907, se casar dentro do seu grupo seria, a princípio, maior do que aquela notada para portugueses e italianos. Em contrapartida, em 1920, os índices apontam que a probabilidade de um homem italiano se casar com uma mulher italiana passa, a princípio, a ser maior do que a notada para os espanhóis e portugueses.

A tabela 2 traz importantes informações sobre como se comportaram os casamentos entre nubentes das mais diferentes nacionalidades para todo o período em análise (1890 a 1939).

Esta tabela, apesar de conter muitas células em branco, foi de extrema importância para o trabalho, especialmente porque nela foi possível desagregar os dados referentes aos brasileiros, ou seja, ela nos permitiu verificar a maneira como os brasileiros filhos de estrangeiros se casaram no período.

Tabela 2: Casamentos segundo a filiação e nacionalidade dos nubentes.
São Carlos, 1890 a 1939.

Nacionalidade do noivo	Nacionalidade da noiva										Total
	bras. filha de italianos (*)	bras. filha de portugueses (*)	bras. filha de espanhóis (*)	bras. filha de outros estr. (*)	bras. filha de brasileira	bras. com pais indeterminados (#)	italianas	portuguesas	espanholas	outras	
bras. filho de italianos (*)	93 (5,5)	8 (3,2)	5 (4,5)	5 (3,3)	-	70 (0,7)	2 (0,1)	1 (0,2)	3 (0,4)	1 (0,3)	188
bras. filho de portugueses (*)	7 (3,0)	2 (5,0)	2 (10,0)	1 (5,0)	-	14 (1,0)	-	1 (1,1)	1 (1,0)	-	28
bras. filho de espanhóis (*)	9 (5,3)	-	-	2 (10,0)	-	7 (0,7)	1 (0,3)	-	-	-	19
bras. filho de outros estr. (*)	7 (4,0)	2 (7,0)	1 (10,0)	1 (5,0)	1 (0,7)	9 (1,0)	-	-	-	-	21
bras. filho de brasileiros	-	-	-	-	152 (10,1)	48 (0,4)	3 (0,1)	3 (0,4)	2 (0,3)	-	208
bras. com pais indeterminados (#)	75 (1,0)	15 (1,0)	1 (0,1)	6 (1,0)	17 (0,2)	969 (1,5)	49 (0,2)	20 (0,5)	24 (0,5)	7 (0,4)	1183
Italianos	19 (0,4)	2 (0,3)	1 (0,3)	2 (0,5)	4 (0,1)	130 (0,4)	357 (4,0)	5 (0,3)	16 (1,0)	8 (1,0)	544
Portugueses	2 (0,2)	3 (2,0)	-	-	3 (0,3)	56 (1,0)	12 (0,5)	48 (11,0)	8 (2,0)	-	132
Espanhóis	8 (1,0)	1 (1,0)	3 (5,0)	1 (1,3)	-	35 (1,0)	5 (0,3)	5 (1,5)	41 (11,0)	-	99
Outros	2 (0,4)	-	1 (3,3)	2 (4,0)	2 (0,5)	18 (0,5)	11 (1,0)	-	-	24 (24,0)	60
Total	222	33	14	20	179	1356	440	83	95	40	2482

Fonte: Conceição, 2004, pp. 75.

Obs: o número entre parênteses está indicando a razão entre o número observado e o esperado em condições de aleatoriedade.

(*) incluem também os casos em que um dos pais é brasileiro e o outro desta nacionalidade.

(#) inclui todos os casos em que não foi possível identificar a nacionalidade de nenhum dos pais.

De modo geral, pode-se afirmar que a endogamia esteve presente em todo o período de estudo, visto que a razão entre o número observado e o esperado (para nubentes de uma mesma nacionalidade) sempre foi maior do que 1, embora deva ser notado que os

nubentes brasileiros com pais indeterminados possuem a menor tendência a realizarem casamentos endogâmicos.

Em todo o período, o grupo de estrangeiros de outras nacionalidades é o que apresenta, de longe, maior tendência endogâmica, vindo em seguida os portugueses, os espanhóis e os brasileiros filhos de brasileiros. Os italianos, ainda que endogâmicos, apresentam a menor tendência entre todas os estrangeiros.

Outra questão interessante a ser notada é que tanto para homens como para mulheres de origem portuguesa ou espanhola, a tendência apresentada na tabela acima nos indica que, quando não se casavam no interior do próprio grupo de origem, esses nubentes tinham nítida preferência por homens e mulheres ibéricas (ou de origem portuguesa ou de origem espanhola). Afora a tendência endogâmica de casamentos intra e inter grupo para portugueses e espanhóis, a tendência indica que os nubentes italianos eram os próximos candidatos a contrair casamento com homens ou mulheres de origem portuguesa ou espanhola, visto que não encontramos nenhum caso de portugueses ou espanhóis, de ambos os sexos, casando-se com estrangeiros que não fossem, ou destes dois grupos, ou italianos.

A baixa propensão de italianas a se casarem com brasileiros pode refletir o maior controle (e receio) das famílias italianas em dispor suas filhas para se casarem com brasileiros. De modo geral, as italianas pouco se casavam fora do grupo, sobretudo porque eram poucas e, por isso mesmo, muito disputadas pelos homens italianos. O mesmo pode ser dito para as mulheres de outras nacionalidades.

Levy e Scarano (1999), estudando os casamentos em São Paulo, notaram que a baixa porcentagem de matrimônios de mulheres italianas com homens brasileiros (7% no ano de 1917) certamente demonstra a resistência do grupo em aceitar que mulheres italianas contraissem matrimônio fora do seu grupo étnico. Até 1923 a proporção de casamentos, em São Paulo, de italianos com brasileiras foi o dobro de italianos com italianas. Porém, devemos atentar para a possibilidade de que as brasileiras casadas com os italianos poderiam ser filhas de italianos, consideradas brasileiras (pelos Censos do período) porque nasceram no Brasil.

Em se tratando de brasileiros filhos de estrangeiros (homens e mulheres), notou-se que entre estes a maior tendência de casamento dentro deste mesmo grupo se concentra entre os filhos de italianos (com razão de 5,5). É interessante ainda ser notado neste caso que, diferentemente do que se poderia supor ou esperar, a quantidade de casamentos de brasileiros filhos de italianos (homens e mulheres) com aqueles nascidos na Itália foi

pequena. Porém, apesar da razão notada, tanto para homens como para mulheres, ter sido pequena, podemos afirmar que as mulheres brasileiras filhas de italianos se casaram muito mais com homens nascidos na Itália do que o contrário.

Em relação aos homens brasileiros filhos de estrangeiros, as mulheres brasileiras filhas de estrangeiros possuem uma tendência maior de se casar com homens nascidos no estrangeiro, sejam eles italianos, portugueses, espanhóis ou de outras nacionalidades. No caso das brasileiras filhas de portugueses, de espanhóis ou de outras nacionalidades, quando não se casavam com homens brasileiros filhos de pais estrangeiros, tinham uma nítida tendência em buscar casamento com homens cujas nacionalidades fossem iguais a dos seus pais, o que demonstra que as mulheres deste grupo possuíam uma certo nível de endogamia por etnia, visto que se casaram com homens pertencentes ao mesmo grupo étnico que seus pais. Portanto, conclui-se que as brasileiras filhas de estrangeiros eram mais endogâmicas, em relação à etnia dos pais, do que os homens brasileiros filhos de estrangeiros.

Resta lembrar ainda que, na amostra não houve um só casamento de pessoas identificadas como filhas de estrangeiros com homens cujos pais eram brasileiros, ocorrendo quase que o mesmo movimento para os homens, exceto para os brasileiros filhos de outros estrangeiros. Porém, este dado deve ser olhado com extremo cuidado por dois motivos: 1) foram poucos os nubentes brasileiros que declararam a nacionalidade dos pais como brasileira, pois dos 1643 homens brasileiros e das 1814 mulheres brasileiras da amostra cerca de 12,5% dos homens e 10,0% das mulheres declararam a nacionalidade dos pais como sendo brasileira; 2) houve uma considerável quantidade de casamentos de nubentes brasileiros filhos de estrangeiros com nubentes brasileiros que não declararam a nacionalidade dos pais. Neste grupo de brasileiros que não declararam a nacionalidade dos pais é possível que tenha uma razoável quantidade de filhos de brasileiros, além, é claro, de ainda poder ter vários indivíduos cuja nacionalidade dos pais fosse estrangeira. Portanto, a prudência nos informa que generalização para este caso deve ser feita a luz de muitas ressalvas.

3. Considerações finais

A compreensão dos padrões de nupcialidade no município de São Carlos não foi, e nem poderia deixar de ser pautado pelo crescente desenvolvimento urbano e industrial

que o município conheceu desde o seu surgimento até a década de 1940, uma vez que este processo está intimamente ligado à maneira como as pessoas fazem as escolhas de seus parceiros.

Sobre a idade média dos nubentes solteiros, percebe-se que, ao longo das décadas, os estrangeiros passaram a se casar mais tardiamente. Em São Carlos, no tocante às idades ao casar, podemos afirmar que os homens tendiam a se casar mais entre 20 e 24 anos, com mulheres mais jovens, sobretudo no meio rural. No meio urbano, a diferença de idades entre os nubentes estrangeiros era significativamente maior que entre brasileiros, o mesmo não ocorrendo no meio rural, onde as diferenças de idades se equivaliam entre casamentos de brasileiros e de estrangeiros. Observamos ainda que, entre viúvos, no meio urbano e mais ainda no rural, as mulheres estrangeiras se casam mais tardiamente que as brasileiras.

Quanto à nacionalidade, os homens de outras nacionalidades e os portugueses tendem a se casar em idade um pouco mais avançada que brasileiros, italianos e espanhóis. De modo geral, pode-se ainda afirmar que há uma certa continuidade, de uma geração para outra, quando analisada a idade média dos nubentes brasileiros filhos de estrangeiros. Cronologicamente, isto é, ao longo das décadas, a diferença de idade entre os nubentes tende, de modo geral, a diminuir, ao mesmo tempo em que a idade média da primeira união entre os estrangeiros tende a aumentar, sobretudo à medida em que nos afastamos do auge da imigração.

Em uma sociedade em que os homens predominavam numericamente entre os estrangeiros, as mulheres estrangeiras tinham pouca disponibilidade de se casar com homens fora de seu grupo étnico, o mesmo acontecendo para brasileiras filhas de estrangeiros. A idéia de que quanto maior a desproporção entre os sexos, no interior de cada grupo étnico, menor a taxa de endogamia, não parece se verificar de modo tão direto, visto que não há relação observável entre índices de masculinidade nos grupos e razão endogâmica. De fato, os portugueses apresentam os maiores índices de masculinidade (quadro 1), ao mesmo tempo em que são bastante endogâmicos. No entanto, é preciso salientar que a tabela de razão endogâmica engloba todo o período da pesquisa e o quadro que traz os índices de masculinidade apresenta pontos fixos no tempo, trazendo os índices para os anos de 1907 e 1920.

Ao longo do tempo, os estrangeiros mostraram-se mais endogâmicos que os brasileiros, o que confirma a tese de que as resistências ao casamento misto (entre

estrangeiros e brasileiros) eram maiores por parte dos estrangeiros que por parte dos brasileiros. E, nesse caso, há uma resistência um pouco maior em brasileiros se casarem com estrangeiras que brasileiras com estrangeiros.

Bibliografia Bibliográfias

- BASSANEZI, M. S. C. B. “Nascimento, vida e morte na fazenda: alguns aspectos do cotidiano do imigrante italiano e seus descendentes”, in *A Presença Italiana no Brasil*, Luis A. De Boni (org). Porto Alegre-BR e Torino- IT: Escola Superior de Teologia/Fundazione Giovanni Agnelli, 1990, v. II, p. 337-356.
- _____ “A nupcialidade no período do café: o caso de Rio Claro”, in *NEPO*. Unicamp-Campinas, junho, Relatório de pesquisa, CNPq, 1990.
- _____ “O casamento na colônia no tempo do café”, in *VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Vol. 1. Olinda - PE. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: ABEP, 1988. v. 1. p. 109-154.
- _____ “Sposarsi nel Brasile: Alguns aspectos da nupcialidade entre imigrantes italianos em terras paulistas”, in *A Presença Italiana no Brasil*, Luis A. De Boni (org.). 1. ed. Porto Alegre: Edições EST, 1996, v. III, p. 267-280.
- _____ “Considerações sobre os estudos do celibato e da idade ao casar no passado brasileiro”, in *IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1994, Caxambu-MG. Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte-MG: ABEP, 1994. v. 1. p. 381-396.
- _____ *Estrangeiros no estado de São Paulo: dados censitários 1854 – 1950* (CD rom), 2002.
- CONCEIÇÃO, S. da. *Imigração e casamentos: o caso de São Carlos (1890 a 1939)*, São Carlos, dissertação, UFSCar, 2004 (119 pp).
- DEAN, W. *A Industrialização de São Paulo (1890 – 1945)*. Tradução de Octávio Mendes Cajado. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil S.A, 1991.
- Decreto do Governo Provisório de República dos Estado Unidos do Brasil – 1º fascículo (de 1º a 31 de janeiro de 1890). Rio de Janeiro – Imprensa Nacional, 1891.
- DEVESCOVI, R. C. B. *Urbanização e Acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos*. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea, UFSCar, 1987.
- DURHAM, E. R. *Assimilação e mobilidade: história do imigrante italiano em um município paulista*. São Paulo: IEB/USP, 1960.
- FAUSTO, B. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. Série Imigração. São Paulo: Sumaré: Fapesp, 1991.
- HALL, M. M. “Imigrantes”, in *Trabalhadores*, n.º 3. Publicação mensal do Fundo de Assistência à Cultura da Prefeitura Municipal de Campinas, 1989.
- HOLLOWAY, T. *Imigrantes para o Café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- KUZNESOF, E. A. “A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700 – 1980)”, in *Família e Grupo de Convívio*. Organizadora Eni de Mesquita Samara. Revista Brasileira de História (ANPUH). Ed. Marco Zero, volume 9, nº 17, setembro de 1988/fevereiro.
- LAZO, A. C. G. V. “Os estudos contemporâneos sobre nupcialidade: uma revisão crítica”, in *NEPO nº 32, maio de 1996*. Unicamp-Campinas, 1996.
- LEVY, M. S. F., SCARANO, J. “O Imigrante em São Paulo: casamento e nupcialidade”, in *População e Família 2*, Centro de Estudos de Demografia América Latina - CEDHAL, Editora Humanitas Publicações FFLH/USP, 1999.
- MACHADO, C. da S. “A Família e o Impacto da Imigração (Curitiba, 1854-1991)”, in *Revista brasileira de História, Órgão Oficial da Associação Nacional de História*. São Paulo, ANPUH/Humanitas Publicações, 1997, vol. 17, n.º 34.
- MÍGUEZ, E. J. et al. “Hasta que la Argentina nos una: reconsiderando las pautas matrimoniales de los inmigrantes, el crisol de razas y el pluralismo cultural”, in *Hispanic American Historical Review (HAHR)*, 1991, volume 71, number 4.
- MONSMA, K. M., TRUZZI, O., CONCEIÇÃO, S. “Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no Oeste Paulista, 1895-1898” in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 2003, vol. 18: pp. 71-96.
- POUTGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução de Élcio Fernandes. São Paulo. Fundação Editora da Unesp, 1998.
- SAMARA, E. de M. “A história da família no Brasil”, in *Família e Grupo de Convívio*. Organizadora Eni de Mesquita Samara. Revista Brasileira de História (ANPUH). Volume 9, nº 17, setembro de 1988/fevereiro de 1989. Ed. Marco Zero.
- Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Estatística Agrícola e Zootécnica de São Carlos do Pinhal no ano agrícola de 1904-1905. São Paulo: Typ. Brazil, 1907.
- SEYFERTH, G. “Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia”, in *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*, 1988, n. 25.
- SILVA, T. T. da (org), STUART, H. e WOODWARD, K. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos Culturais*. Traduções Tomaz Tadeu de Silva. Petrópolis: Vozes, 2000.